Globethics Repository



Mais que Teologia, trata-se de uma Igreja da Libertação [More than Theology, it is a Church of the Liberation]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Batista Libanio, João
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-08 16:26:25
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162296

Mais que Teologia, trata-se de uma Igreja da Libertação

ENTREVISTA COM JOÃO BATISTA LIBANIO

"A Teologia da Libertação significa, além da produção teórica, a existência de toda uma Igreja da libertação que envolve bispos, sacerdotes, teólogos, agentes de pastoral e imensa rede de comunidades de base", afirma João Batista Libânio, em entrevista concedida por e-mail à revista IHU On-Line. ***Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em Teologia pela Hochschule Sankt Georgen, em Frankfurt, Alemanha, é também mestre e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG) de Roma. Libânio leciona Teologia no Instituto Santo Inácio de Belo Horizonte.***



É autor de uma imensa produção teológica. Entre outros, citamos os seguintes livros: Teologia da revelação a partir da Modernidade ***(5. ed. São Paulo: Loyola, 2005);*** Eu creio - Nós cremos. Tratado da fé ***(2. ed. São Paulo: Loyola, 2005);*** Qual o caminho entre o crer e o amar? ***(2. ed. São Paulo: Paulus, 2005); e*** Introdução à vida intelectual ***(3. ed. São Paulo: Loyola, 2006).***

Dele também foi publicado o artigo **Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento no livro** A Teologia na universidade contemporânea ***(Org. Inácio Neutzling). São Leopoldo: Unisinos. 2005, p. 13-45.***

João Batista Libânio é assíduo nas páginas da revista IHU On-line. Na 103ª edição, de 31-05-2004 , publicamos a entrevista sob o título Teologia, pós modernidade e universidade e dele publicou o artigo Espaço para o diálogo na 136ª edição, de 11-05-2005. Recentemente publicamos, na edição número 150, de 08-8-2005, com a entrevista "O olhar teológico sobre a paternidade". Conferir também o artigo de , "Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento", publicado no Cadernos Teologia Pública, número 16, 2005.

***IHU On-Line* - A recente notificação da Congregação para a Doutrina da Fé sobre duas obras de Jon Sobrino coloca novamente em pauta a Teologia da Libertação. Por que motivo esta teologia, que alguns chegam a considerar defunta, continua provocando tanta inquietação?**

João Batista Libânio - Especialmente no universo, as realidades contam por elas mesmas e pelo significado simbólico que exercem. A Teologia da Libertação tem consistência própria, método e conteúdo, história e atores, obras e seguidores. No debate objetivo e sereno, as críticas se fazem e se desfazem nas perguntas e respostas. Assim, tanto no interior da Teologia da

Libertação como com autores de outras tendências, têm havido naturais discrepâncias. As divergências começam e terminam no jogo das objeções e respostas. É o caminho normal da teologia. Aqui estamos no campo da objetividade dos temas tratados. Assim parece, à primeira vista, ser a intenção da Notificação. Travou com o autor diálogo de questões e respostas até que, não satisfeita, a Congregação resolveu sair do simples campo do debate e entrar pelo campo da intervenção autoritativa.

Nesse momento, interfere mais que o jogo das afirmações expressas na Notificação, o dado simbólico altamente ambivalente. A Teologia da Libertação significa, além da produção teórica, a existência de toda uma Igreja da libertação que envolve bispos, sacerdotes, teólogos, agentes de pastoral e imensa rede de comunidades de base. Surge então a dúvida sobre o verdadeiro alcance da Notificação. IHU reflete-a ao perguntar por que agora, e mais uma vez, essa condenação? Quando as águas pareciam ter voltado ao leito do rio, por que agitá-las bem antes do Encontro de Aparecida? A resposta desloca-se para o campo simbólico. Quanto ao conteúdo, nada vai mudar na cristologia, já que são afirmações dos dois lados, segundo o parecer de teólogos gabaritados, dentro da sã ortodoxia da Igreja. Mas a suspeita não pertence ao campo do verificável e discutível, e sim do simbólico. A meu ver, seguirão duas reações antitéticas e não teria condições de assinalar a hegemônica. Feridos, muitos reagirão na defesa de Jon Sobrino, de sua cristologia, mas, sobretudo, do que ele significa. Pode-se perceber que a maioria dos artigos que se escrevem acentua o aspecto simbólico da pessoa de Jon Sobrino, julgando que aí está o nó da questão. Outros, porém, se servirão de tal condenação para deslegitimar a Igreja da libertação e, assim, diminuir a sua influência e presença em Aparecida. No balancear de pressões se lançam as cartas do futuro da Igreja no Continente.

***IHU On-Line* - Uma das grandes dificuldades da ortodoxia católica com respeito à Teologia da Libertação é a afirmação de uma "nova hermenêutica" que envolve uma ortopraxis. Jon Sobrino fala em "hermenêutica da práxis". Para ele, não há como compreender Jesus fora da prática de seu seguimento. Qual o alcance dessa reflexão teológica e em que medida ela provoca uma mudança na reflexão cristológica em curso?**

João Batista Libânio - A própria hermenêutica, como tal, já representa problema para os que se atêm aos diferentes tipos de fundamentalismo e de ortodoxias rígidas. As religiões do livro – judaísmo, cristianismo e islamismo – sofreram, ao longo da história, irrupções literalistas que continuam até hoje. Há tanto legítima volta às fontes como retorno à literalidade do texto. A hermenêutica equilibra-se entre leituras subjetivistas, emocionais, aleatórias dos textos sagrados – o famigerado relativismo e subjetivismo – e o apego à rigidez literal do texto. Interpreta-o para os contextos geográficos, culturais, históricos diferentes. E nessa tarefa esbarra com a incompreensão, especialmente das instituições oficiais, que se arvoram em única instância interpretativa válida. A Teologia da Libertação desviou o lugar de interpretação, não no sentido de substituir a Revelação, mas no de fazer a pergunta à Revelação e, portanto, de influenciar nas respostas. Tarefa em si legítima. Pertence à natureza do conhecimento humano interpretar a situação em que vive. Só que a teologia escolheu a práxis, não no sentido marxista de determinadora única e máxima do ser humano e de sua cultura – interpretação que desafetos e desconhecedores da Teologia da Libertação lhe objetam -, mas no sentido da opção de Jesus pelos pobres. Desde essa prática de Jesus, escandalosamente atestada nos evangelhos, e reformulada de maneira universalizante por Paulo (Fl 2,

7)[1], a Teologia da Libertação relê a Revelação. Lugar privilegiado para fazê-lo, já que o próprio Jesus o fez. E como o termo práxis soa duro aos ouvidos de muitos, esquece-se que está por detrás uma opção teologal que a alimenta, a julga. E não o contrário.

***IHU On-Line* - Na recente notificação sobre as obras de Jon Sobrino há um questionamento aos pressupostos metodológicos utilizados pelo teólogo de El Salvador, em particular a idéia da "Igreja dos pobres" como lugar teológico fundamental. Como situar a centralidade da questão dos pobres na Teologia da Libertação?**

João Batista Libânio - São conhecidas as afirmações de João XXIII[2] e do Cardeal Lercaro[3] de que o Concílio Vaticano II repusesse no centro a Igreja dos pobres. Portanto, afirmação de alta respeitabilidade na Igreja católica. A afirmação fica vazia quando soa literalmente e não é pensada nas conseqüências e implicações. Foi isso que a Teologia da Libertação quis fazer com a centralidade dos pobres. Perguntou-se inocentemente a que conclusões pastorais e teológicas ela levaria. No momento em que se pensa seriamente uma Igreja a partir dos pobres, dois problemas emergem imediatamente e que tocam, em profundidade, a instituição eclesiástica: o poder e os ministérios. Embora pertença às evidências de Jesus que o poder na Igreja só tem sentido como serviço, a história tem mostrado a dificuldade enorme de realizá-lo. O famoso historiador católico Jean Delumeau[4] conclui de estudos sobre os tempos medievais a clara lição de que o poder não evangeliza, especialmente quando assume as tonalidades dos reinos da terra. O *non possumus* de Pio IX[5], referindo-se à impossibilidade de exercer o ministério petrino sem os territórios pontifícios, inverte a perspectiva evangélica. Mais correto teria ter dito: agora sim, desprovidos do poder temporal, podemos evangelizar. A Teologia da Libertação aposta no projeto evangelizador a partir das comunidades eclesiais de base. Bispos e teólogos forjaram a expressão: "novo modo de ser Igreja". E continua como desafio de futuro uma Igreja que se estruture em comunidades de base de modo que o ministério ordenado – pontifício, episcopal e presbiteral – e adquira novas configurações. O próprio João Paulo II, em outra perspectiva, pedia a ajuda para reformular o exercício do ministério petrino, convencido de que ele era impedimento para o ecumenismo. Na esteira dessa reflexão do papa, não parece despropósito afirmar que o exercício atual do ministério ordenado, muitas vezes, impede, em vez de fomentar a vida

[1] "Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens". (Nota da ***IHU On-Line***)

[2] **Ângelo Roncalli**: eleito Papa, em 1958, tomou o nome de João XXIII. O Concílio Vaticano II foi convocado por João XXIII no dia 25 de janeiro de 1959. O Concílio iniciou no dia 11 de outubro de 1962 e terminou no dia 8 de dezembro de 1965. (Nota do ***IHU On-Line***).

[3] **Cardeal Giacomo Lercaro** (1891-1976): arcebispo de Bolonha, Itália, de 1952 a 1968. Foi um dos quatro moderadores do Concílio Vaticano II. Entre os outros estavam o Cardeal Döpfner de Munique e o Cardeal Suenens de Bruxelas. (Nota do ***IHU On-Line***).

[4] **Jean Delumeau** (1923): historiador francês. Suas obras mais conhecidas dos brasileiros, foram, por décadas, ***Nascimento e Afirmação da Reforma*** e ***O Catolicismo de Lutero a Voltaire***. Dois manuais, publicados na coleção "Nouvelle Clio" [da editora francesa PUF], que puseram em cena - e em xeque - as duas grandes pastorais da época moderna. De um lado, a crítica radical das reformas, com sua justificação pela fé, sua doutrina do sacerdócio universal, seu apego à infalibilidade da Bíblia, do que resultou, entre outras coisas, a alfabetização das massas e o êxito do texto escrito. De outro, a pastoral da igreja de Roma e sua valorização do misticismo regrado, da canonização dos militantes, das hierarquias, das imagens, das procissões, da Virgem Maria, do que resultou o espetáculo do barroco. O principal da obra de Delumeau, no entanto, se compõe de sete livros que integram um dossiê, como diz o autor no prefácio à edição brasileira de ***O Pecado e o Medo***. (Nota da ***IHU On-Line***)

[5] **Pio IX** (1792-1878): nascido Giovanni Maria Mastai-Ferretti, foi Papa durante mais de 31 anos, entre 16 de Junho de 1846 e a data do seu falecimento. Era Frade Dominicano. Ele é autor do Syllabus. (Nota da ***IHU On-Line***)

comunitária, a real evangelização. Bom assunto para Aparecida.

***IHU On-Line* - Ainda na notificação sobre as obras de Jon Sobrino há uma inquietação sobre a ênfase dada pelo autor no Jesus histórico, bem como na sua relacionalidade. Na visão de Sobrino, torna-se problemática a "absolutização absoluta de Cristo", ou seja, o esquecimento da dupla relacionalidade de Jesus: "com o reino de Deus e o Deus do reino". Está havendo um certo risco de cristomonismo, na tendência em curso de questionamento do "reinocentrismo" da Teologia da Libertação e o que isso significa para a Igreja na América Latina?**

João Batista Libânio - Filosófica e teologicamente permanece grave problema a articulação entre o absoluto e o relativo nas verdades e valores. A afirmação "absoluta" do princípio do relativismo conduz à evidente contradição nas próprias palavras, diria a lógica menor. Relativismo absoluto é círculo quadrado. E a negação de todo absoluto implica que não exista Deus e que somos pura relatividade e nada mais. Evidentemente, nenhum teólogo de são juízo afirma tal monstruosidade teórica e prática. Outra coisa é afirmar o absoluto das formulações. Toda expressão histórica da verdade, do bem, dos valores carrega certa relatividade, embora afirme, ao mesmo tempo, que aí está presente algo de absoluto.

No caso da relação entre Jesus e o Reino, entre Jesus e o Pai, há um elemento relativo. Quando Jesus afirma que o Pai é maior do que ele, manifesta o limite de sua consciência humana histórica. Mas, ao mesmo tempo, ele poderia dizer que na sua última raiz ele se constitui pela relação com Pai. O termo relação é tão denso e forte que a teologia trinitária o escolheu para definir as pessoas divinas. Tem um sentido diferente do que usamos para as relações acidentais da vida. Pela observação de nossas experiências, percebemos a diferença de relações que estabelecemos desde aquelas bem superficiais com coisas que nos cercam, passando pelas que nos vinculam a compromissos e pessoas, até aquela com Deus criador e salvador que nos constitui. Tanto é válido dizer que o Reino de Deus e o Deus do Reino são maiores que Jesus quanto dizer que ele se define constitutivamente por eles numa igualdade radical. Jesus disse que faríamos coisas maiores do que ele. Frase ousada. Mas sabemos que não o fazemos sem presença dele. As afirmações valem no contexto em que se dizem e na perspectiva em que foram pensadas e não arrancadas dele e lidas sob outra luz.

***IHU On-Line* - Quais são os desafios do pluralismo religioso hoje, para o fazer teológico na América Latina?**

João Batista Libânio - Capítulo amplo para discussões. Há consensos estabelecidos. Não se dialoga sem clareza da própria identidade. Desafia-nos, portanto, aprofundar a nossa própria fé cristã. Não se dialoga sem abertura ao diferente que exige discernimento. Mentalidade fundamentalista e presa a ortodoxias não estabelece nenhum diálogo. O discernimento exerce-se na dupla linha de pedir maior clarificação e firmeza da própria fé e de contribuir para a sua purificação, despojando-a de entulhos históricos e percebendo pontos até então desconhecidos. Nesse nível de consideração tudo parece claro. Mas, quando se tocam questões particulares, surgem então as dúvidas. Estamos diante de uma verdade a ser reforçada ou de escombros de edifícios em ruínas? Em coisas concretas, as posições divergem. O Concílio Vaticano II teve coragem de realizar tal tarefa em ritos e livros litúrgicos, libertando as celebrações e rezas de caliças antigas. Mas não conseguimos fazer ainda em relação a muitas estruturas, ao exercício de ministérios, a regras e normas no campo da moral. Daí os conflitos. A Teologia da Libertação pretendeu tocar alguns desses campos para dialogar com as religiões indígenas, afro e

outras. São questões difíceis, cujo equilíbrio não se adquire por decretos, mas na prática pastoral. Assim como a Igreja foi durante séculos assimilando categorias gregas, costumes romanos, leis dos povos em que se enraizava, não surpreende que hoje carecemos de tempo para ir sincretizando elementos religiosos de outras tradições e enriquecendo-as com as nossa contribuições.

***IHU On-Line* - Em recente artigo, o teólogo Clodovis Boff assinalou que a Conferência de Aparecida não poderá ser a repetição, ainda que atualizada, das Conferências de Medellín, Puebla e Santo Domingo, mas deverá, sim, inovar em sua forma e acento, face aos novos "sinais dos tempos". Será o caso? Por quê?**

João Batista Libânio - Propriamente dito não existe repetição na história. Cada momento é singular. Há analogias, proximidades. O jogo entre continuidade e ruptura, próprio de cada época, varia diferentemente. Vivemos provavelmente situação de profundas rupturas socioculturais e não se espera da Igreja que se imobilize e assim se distancie ainda mais dos contemporâneos. Em vários escritos preparatórios para Aparecida tem-se tornado uma tônica a dupla expectativa. De um lado, a reafirmação explícita e corajosa das opções fundamentais, ainda válidas do Concílio Vaticano II, Medellín, Puebla e Santo Domingo. De outro, o olhar profético para o novo milênio e suas expectativas. A dialética histórica avança pelos três movimentos da analogia. Retenção dos elementos positivos e válidos, a negação rotunda dos erros e limites, e a invenção do novo para os desafios que surgem também eles novos. Clodovis Boff trabalhou, já faz tempo, com maestria, a categoria "Sinais dos Tempos". Eles são percebidos pelo duplo esforço sociocultural e teologal. Pelo primeiro olhar, captamos a realidade que se mostra relevante. Hoje, sem dúvida, o movimento ecológico, a consciência negra, a crescente relevância da mulher na sociedade e outros tantos eventos configuram-se em sinais sociológicos do tempo. Sob a ótica da fé, os mesmos fatos adquirem novo significado, configurando-se no que chamamos de "sinais dos tempos". Qualquer evento importante de Igreja que os desconheça perde relevância. Na história da Igreja, tornou-se exemplar de fracasso por cegueira diante dos sinais dos tempos o V Concílio de Latrão (1512-1517). Aquela reforma, que só mais tarde Trento iria realizar – já tarde para evitar a Reforma -, o V Concílio de Latrão não o fez. A divisão da Igreja ter-se-ia evitado se ele tivesse lido os sinais de inquietação no seio da Igreja. Lutero os captou, mas já não mais em comunhão com a Igreja de Roma. A responsabilidade de Aparecida consiste em perceber que problemas graves assolam o Terceiro Mundo e como enfrentá-los desde a fé. Se não o fizermos, outros o tentarão a seu modo e pode ser de maneira trágica para os pobres. A Igreja tem enorme capital de presença junto aos pobres e dói vê-la desperdiçá-lo por cegueira ou unilateralismos enfermos.

***IHU On-Line* - Quais são as perspectivas para a Va. Assembléia da Conferência Episcopal Latino-Americana em Aparecida, depois da "notificatio" sobre a obra de Jon Sobrino?**

João Batista Libânio - O profetismo bíblico teve a enorme contribuição na superação da concepção grega de *fatum*, destino já traçado pelos deuses ou por não sei que força mágica. Atribui importância à liberdade humana, às forças históricas para bem e para mal. A "notificatio" não é nenhuma deusa Fortuna que preside inexoravelmente os rumos da história. Pode produzir efeitos antagônicos. Prevê-se que os timoratos não vão fundo nas questões e fiquem na rama do medo e embarquem na desconfiança geral de tudo o que seja libertação. Neste caso, ela será freio para o novo profético. Posição mais grega que bíblica. Outros, pelo contrário, se deixam questionar, em profundidade, e vão à raiz do problema e, quem sabe, encontrem motivos

para aprofundar ainda mais a opção pelos pobres, para reforçar as CEBs e para orientar-se por posições proféticas. Sem precisar ir longe na história da Igreja e falando, porém, só dos mortos, hoje nos parece claro que a figura santa e profética de D. Luciano Mendes de Almeida[1], na cidade sitiada que parecia ser Santo Domingo, rasgou o véu da escuridão com textos inspirados e especialmente com a belíssima oração final. Ele já morreu. Mas entre tantos eleitos e escolhidos pode emergir alguém de coragem profética que ilumina uma assembléia, mesmo quando pairam sobre ela neblinas frias e escuras. O Concílio Vaticano II também foi imensa surpresa em relação à batelada de documentos preparatórios, forjados na fábrica do tradicionalismo romano da herança piana[2]. E isso aconteceu, em grande parte, empurrado pelo discurso inaugural de João XXIII.

***IHU On-Line* - Quais são as possibilidades e os limites da criação de novos espaços para o exercício da reflexão teológica latino-americana, para uma teologia cada vez mais pública?**

João Batista Libânio - Hegel[3] ironizou as leituras lineares da história, ao falar da "astúcia da razão". Em nível de Igreja, ousaria falar da "astúcia do Espírito Santo". Quando tudo parecia conduzir a teologia para rincões internos de seminários e casas religiosas, em movimento oposto ao desencadeado nos primeiros anos posteriores ao Concílio Vaticano II, eis que vem o Estado brasileiro e reconhece civilmente a teologia. Ela escapa das mãos eclesiásticas. E dentro em pouco teremos leva de mestres e doutores em teologia, diplomados por faculdades teológicas de reconhecimento civil. Isso implica necessariamente a saída da teologia do mundo privado religioso para o público. O Ministério da Educação, em geral, e a CAPES, em termos de pós-graduação, introduzem cada vez mais critérios públicos para a avaliação das instituições. Situação nova cujas conseqüências escapam de nossa previsão no momento.

Acontece, no Brasil, fato algo diferente da Alemanha. Lá a teologia que gozava de grande publicidade por situar-se no interior de célebres universidades, mergulha em profunda crise por falta de alunos em vista da incerteza do mercado teológico, pelo seu pesado custo econômico para as próprias Universidades, pela irrelevância de seu discurso como parceira no conclave das ciências e finalmente pelo temor da hierarquia diante dos avanços teológicos, trazendo os seus estudantes para institutos eclesiásticos domésticos. Movimento, de certo modo, oposto ao do Brasil. Aqui as faculdades de teologia aumentam e vêm alunos de diversas origens buscar nelas um diploma que lhes será útil. E isso possibilita a teologia sair dos rincões puramente eclesiásticos para lançar-se na publicidade. Pessoalmente tenho percebido como Universidades do Estado têm procurado parcerias de cursos com teólogos e desejado sua presença em Comitê de ética e pesquisa. Não faltam teólogos escrevendo colunas nos principais jornais do país.

Se tal movimento em ascensão é de longa duração ou um suspiro momentâneo, custa-nos perceber no momento. Mas, por enquanto, o fluxo leva a teologia à crescente publicidade.

---

[1] **D. Luciano Mendes de Almeida**: Dom Luciano Mendes de Almeida foi jesuíta, arcebispo de Mariana, e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dele, IHU On-Line publicou uma entrevista na 24ª edição, de 1º de julho de 2002, por ocasião de sua participação no Simpósio Nacional Bem Comum e Solidariedade, promovido pelo IHU em junho de 2002, um artigo na 85ª edição, de 24 de novembro de 2003, e outro artigo na 95ª edição, de 5 de abril de 2004. (Nota da ***IHU On-Line***)

[2] Refere-se ao longo pontificado de Pio XII que precedeu o Concílio Vaticano II. (Nota da ***IHU On-Line***)

[3] **Friedrich Hegel** (1770-1831): filósofo alemão. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, A fenomenologia do espírito, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no séc. XX. (Nota da ***IHU On-Line***)